

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.494 - PE (2016/0309494-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA/PE
ADVOGADO : DANIELA ISRAEL DE MELO DE SOUZA E OUTRO(S) - PE000987
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA/PE, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. FPM. ART. 159, I, CF/88. INCIDÊNCIA DE JUROS. REPASSE. MUNICÍPIO. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A fundamentação do Município apelante consiste no fato de que, antes da ocorrência do repasse do produto da arrecadação previsto no art. 159 da CF, essa importância fica por um determinado *Lex Mater* lapso temporal à disposição da União, em depósito e sendo remunerada pelo Banco Central do Brasil, por força do art. 1º da Medida Provisória nº 2.179-36/2001.

2. A de que trata a MP nº 2.179/2001 abrange, única e exclusivamente, a relação remuneração jurídica envolvendo a União e o Banco Central do Brasil, não atingindo a esfera jurídica de terceiros (v.g. Município), não havendo razão jurídica para justificar a transferência de eventuais juros incidentes sobre valores depositados em favor da União, enquanto esta se encontra cumprindo os prazos legais previstos na LC nº 62/89.

3. Precedentes desta Corte Regional: PROCESSO: 08011498920164058300, AC/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI, 3ª Turma, JULGAMENTO: 21/05/2016 e PROCESSO: 08004515420164050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO PINTO DE AZEVEDO (CONVOCADO), 4ª Turma, JULGAMENTO: 16/05/2016.

4. Conforme se pode cogitar do art. 159, *caput*, da CF/88, os valores arrecadados estão atrelados ao domínio da União, apenas sendo do ente municipal quando do repasse previsto no referido dispositivo constitucional, dentro da escala temporal disciplinada na lei de regência; diversamente ocorre nas hipóteses dos arts. 157 e 158, da Lei Maior, que expressamente consignaram que os valores

Superior Tribunal de Justiça

arrecadados pertencem à esfera jurídica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

5. Apelação a que se nega provimento" (fls. 384/385e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 421/423e).

No Recurso Especial, manejado com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de divergência jurisprudencial e violação aos arts. 489, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, 50, § 2º, da Lei Complementar 101/2000, 11, I, 12, VIII, 14 e 17, I, da Lei 10.180/2001 e 233 do Código Civil.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Bom frisar que os valores do FPM são devidos aos Municípios desde o momento da arrecadação, ainda que a entrega seja apenas futura, conforme define a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão da própria União, legal e tecnicamente (art. 50, § 3º da LC 101/2000 - LRF) responsável pela interpretação e regulamentação de tais questões.

Assim, seguindo a regra de que o 'acessório segue a sorte (e destinatário) do principal', os juros pagos pelo Banco Central sobre os referidos valores devem ser igualmente repassados, sendo vedada a sua apropriação pela União.

De fato, 'A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso' (art. 233 do Código Civil).

Entretanto, a União, aplicando uma interpretação meramente gramatical da ordem constitucional, sustenta que os valores só passam a ser de titularidade dos Municípios no momento da entrega. Entende que os valores seriam de sua propriedade durante o período compreendido entre a arrecadação e a efetiva entrega ao Município.

No entanto, tal posicionamento não se coaduna com a orientação e prática da efetivada pela própria União, que, por meio dos seus órgãos competentes - STN, registra (contábil e orçamentariamente) tais valores como sendo de titularidade dos Municípios desde a arrecadação.

E nem se alegue alguma influência procedimental de qualquer alteração posterior das regras de Contabilidade Pública por parte da STN, tendo em vista que todas as normas continuam seguindo exatamente a mesma orientação, objetivando evitar que a arrecadação de receitas por parte da União, quanto a valores de propriedade de outros entes federativos demonstre ilegalmente um superávit indevido,

Superior Tribunal de Justiça

considerando-se os recursos do real beneficiário, no caso, indubitavelmente o Município" (fls. 440/441e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, bem como estaria desfundamentado, justamente porque teria deixado de reconhecer que as referidas verbas pertenceriam aos Municípios, desde sua arrecadação pela União.

Requer-se, por fim:

"(...) em face dos (sic) acórdãos combatidos terem negado vigência a diversos artigos de Lei Federal (art. 50, § 2º da LC nº 101/2000; arts. 11, I, 12, VIII 14 e 17, I da Lei Federal nº 10.180/2001; art. 233 do Código Civil), além de estarem em flagrante divergência à jurisprudência pacificada nos Tribunais Superiores, que seja dado provimento ao presente Recurso Especial e assim, resgate validade e eficácia aos artigos citados e realize a necessária uniformização de jurisprudência, no sentido de determinar que:

1º seja determinado o retorno dos autos ao Eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde sua Quarta Turma deverá ser compelida a proferir novo acórdão, analisando todas as questões e elementos jurídicos-legais apontados nos embargos de declaração opostos, eis que seu improvimento afronta aos comandos inseridos nos arts. 489, IV e 1.022, inc. II do CPC/2015, gerando graves prejuízos à prestação jurisdicional;

Caso contrário, ALTERNATIVA E SUCESSIVAMENTE, se esse Colendo Superior Tribunal de Justiça entender possível desde já a competente resposta do judiciário, face ao direito evidenciado, a flagrante afronta a lei, evidente divergência jurisprudencial e em nome da celeridade processual, o Recorrente ESPERA E REQUER:

2º Seja determinado à União Federal que repasse as próximas cotas-extras do FPM relativas aos 2% (dois por cento) da arrecadação de IR e IPI acumulados durante todo o ano e a serem entregues apenas em 10 de julho (art. 159, I, 'e', CF/88 – 1%) e 10 de dezembro (art. 159, I, 'd', CF/88 – 1%) conjuntamente com os juros pagos pelo Banco Central do Brasil e que incidiram sobre os respectivos valores no período entre a efetiva arrecadação e seu repasse, vedando que a mesma se aproprie dos mesmos, e efetue a devida restituição dos valores (juros) não repassados nos últimos 5 (cinco) anos, conforme tudo requerido na peça exordial.

Diante da reforma dos acórdãos, restando deferidos os pedidos constante da exordial, de acordo com o art. 85 e seus parágrafos do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015, o Recorrente faz jus a honorários advocatícios a serem pagos pela Fazenda Nacional, em percentual nos termos da previsão legal, sob o valor da condenação" (fls. 456/457e).

Contrarrazões às fls. 490/500e.

Recurso Especial admitido (fl. 512e).

O recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão nem de falta de fundamentação, no acórdão recorrido. Dessarte, a questão posta nos autos foi suficientemente debatida e resolvida, no âmbito do Tribunal de origem. Entendeu-se, então, que, nos termos constitucionais, os valores decorrentes do percentual de participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) somente lhes pertenceriam quando do efetivo repasse, pela União. Daí porque eventuais juros e correção monetária, incidentes sobre tais valores, enquanto depositados à conta do Tesouro Nacional, reverteriam em favor da União e não dos Municípios. Se a interpretação conferida pelo Tribunal **a quo** ao normativo aplicável não foi, no entender do Município recorrente, a melhor, cuidar-se-ia de mero **error in judicando**, não de **error in procedendo**, corrigível pela via dos Aclaratórios.

No mérito propriamente dito, importante reproduzir o seguinte trecho do voto condutor do **decisum** impugnado:

"Dentro deste contexto, conforme se pode cogitar do art. 159, *caput*, da CF/88, os valores arrecadados estão atrelados ao domínio da União, apenas sendo do ente municipal quando do repasse previsto no referido dispositivo constitucional, dentro da escala temporal disciplinada na lei de regência; diversamente ocorre nas hipóteses dos arts. 157 e 158, da Lei Maior, que expressamente consignaram que os valores arrecadados pertencem à esfera jurídica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (fl. 384e).

Conforme se observa, o fundamento do acórdão recorrido foi eminentemente constitucional.

Embora haja, no corpo do julgado, referência à legislação infraconstitucional, sua menção é meramente **a latere**, de modo a confirmar o que já estaria disposto na própria Constituição Federal. Tanto é verdade que, segundo a lógica interna do julgado, houvesse disposição contrastante, na legislação ordinária, a conclusão necessária seria pela sua inconstitucionalidade.

Aliás, no sentido de que a referida discussão encerra matéria constitucional, é o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. **FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. ACRÉSCIMO NO REPASSE. CONTABILIZAÇÃO DE JUROS E REMUNERAÇÃO DO CAPITAL. ACÓRDÃO RECORRIDO AMPARADO EM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. A questão foi enfrentada à luz de fundamentos eminentemente constitucionais. Nesse contexto, não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na Constituição Federal, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.765.436/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/05/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento.**

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrente, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora